



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 103

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 30 DE AGOSTO DE 2007

ANO XXXII

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Elton Welter*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*PTB ..... Fábio Camargo*  
*Bloco PPS/PMN ..... Dr. Batista*  
*Bloco PSB/PL/PRB/PV ..... Reni Pereira*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 103**

### **93ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Ofícios..... 03

Comunicados ..... 03

Indicações ..... 03

Requerimentos ..... 04

#### **Grande Expediente:**

Dep. Jocelito Canto..... 04

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Tadeu Veneri..... 09

Dep. Marcelo Rangel ..... 11

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto ..... 08

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri ..... 10

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel ..... 12

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli .... 13

Liderança do PDT

Dep. Augustinho Zucchi ..... 15

Liderança do PMDB

Dep. Artagão Júnior..... 17

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch ..... 19

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 20

Discussão/Votação

3ª Discussão ..... 20

2ª Discussão ..... 20

1ª Discussão ..... 21

Requerimentos ..... 22

**Encerramento da Sessão ..... 23**

### **DIÁRIO Nº 103**

### **93ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 93ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2007**

(quinta-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Pedro Ivo e pela Sra. Deputada Rosane Ferreira.

#### **Presenças:**

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Douglas Fabrício, Durval Amaral, Elio Rusch, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Malucelli, Marcelo Rangel, Mamede, Pedro Ivo, Professor Luizão, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (21).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Ademair Traiano, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró, Reni Pereira e Ribas Carli Filho (28).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Luiz Eduardo Cheida, Ney Leprevost, Péricles de Mello e Valdir Rossoni (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

#### ***Ofícios***

Sob o nº 1996/07 - OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópias das peças do Processo nº 229730/03 - TC, referente à impugnação de despesas realizadas pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1995/07 - OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópias das peças do Processo nº 115255/03 - TC, referente à impugnação de despesas da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA. **Ao conhecimento da Casa.**

#### ***Comunicados***

Sob o nº AL000481/07, do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação junto ao Programa PNAE. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000483/07, do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação, junto ao Programa PNAI - PNAE Indígena. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000484/07, do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação, junto ao Programa PNATE. **Ao conhecimento da Casa.**

### ***Indicações***

INDICAÇÃO Nº 269/07

SÚMULA:

Propõe doação de aparelho Arco Cirúrgico Cardiovascular Radius R9 com HRP200 à Organização Frederico Guilherme Keche Virmond, Unidade Gestora Hospital Santa Tereza de Guarapuava, estado do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, Secretário de Estado da Saúde do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior, dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) doação de aparelho Arco Cirúrgico Cardiovascular Radius R9 com HRP200 à Organização Frederico Guilherme Keche Virmond, Unidade Gestora Hospital Santa Tereza de Guarapuava. Fabricação e procedência da empresa IMD, sediada na Itália;

2) com a doação do aparelho Arco Cirúrgico será possível maior precisão e eficácia nos procedimentos, bem como oportunizar a celeridade no processo de atendimento, além de facilitar a realização de exames de longa duração.

O Hospital Santa Teresa de Guarapuava é referencial em alta complexidade, abrangendo as especialidades: Neurologia, Ortopedia, UTI Geral, UTI Neonatal, Pediatria, Psiquiatria, compondo em sua estrutura geral 282 leitos. Desta forma a referida unidade hospitalar é referência regional da política da saúde, estendendo seu atendimento a 22 (vinte e dois) municípios da região. Totalizando 600 mil habitantes.

Cumprе ressaltar que as estatísticas anuais demonstram que passam por atendimentos, procedimentos e internamentos em média 30 mil pessoas por ano.

O Hospital Santa Tereza de Guarapuava, atua de forma integrada com as parcerias no âmbito do atendimento à saúde como: Postos de Saúde, SAMU, SIATE, entre outros.

O desenvolvimento das atividades de saúde da referida unidade, se dá de forma multidisciplinar, com equipe de profissionais altamente qualificados, redistribuídos conforme as especialidades citadas anteriormente, e conta com a estrutura física e equipamentos adequados às necessidades ambulatoriais e de internamentos.

Contudo, em razão do aumento na demanda de atendimento identificada nos últimos dois anos através de relatórios e estatísticas anuais, tanto da rede externa como desta instituição, elencamos a necessidade de aquisição de aparelhos de tomografia computadorizada para subsidiar os procedimentos operacionais médicos e fundamentar diagnóstico.

O departamento de radiodiagnóstico desta instituição de saúde atende em média 3.370 exames/mês.

Sala das Sessões, em 30.08.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

## INDICAÇÃO Nº 270/07

## SÚMULA:

Propõe a realização, em Campo Mourão, do Seminário de Gestão Hospitalar.

Sr. Secretário de Estado da Saúde Pública.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que a Secretaria de Estado da Saúde promova a realização do Seminário de Gestão Hospitalar no município de Campo Mourão, em conjunto com a 11ª Regional de Saúde.

II - O pedido nos foi formulado pela Câmara Municipal de Campo Mourão, que por iniciativa do Vereador Sidnei de Souza Jardim, devidamente apoiado pelos demais Vereadores, nos oficiou buscando que se fizesse a indicação a esta Secretaria de Estado para o atendimento do pleito.

III - O atendimento desta trará enormes benefícios a toda a comunidade.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 30.08.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

## INDICAÇÃO Nº 271/07

## SÚMULA:

Indica a necessidade de destinação de uma ambulância ao município de Santo Antonio da Platina

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, Cláudio Murilo Xavier:

Os Deputados Nelson Justus e Luiz Malucelli, dirigem-se ao Sr. Secretário da Saúde, para solicitar uma ambulância pra uso do município de Santo Antonio da Platina.

## JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação se reveste de extrema importância, vez que com mais este veículo a população estará muito bem atendida, nos momentos emergenciais e necessários.

Sala das Sessões, em 30.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS

LUIZ MALUCELLI

**Requerimento**

## REQUERIMENTO Nº 2589

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja realizada uma Audiência Pública no dia 25 de setembro, no período das 9h00 às 12h00, para a realização de debate com os representantes das auto-escolas do estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 30.08.07.

(a) MARCELO RANGEL

**Grande Expediente:**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Primeiro orador inscrito, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

**Deputado Jocelito Canto (PTB)**

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, bom-dia, Deputado Romanelli, Líder do Governo que nós elegemos.

Eu vou, a cada dia que passa, aprendendo. Quero cada vez me aperfeiçoar mais nestes pronunciamentos, até porque, não é nem pela televisão, Deputado Romanelli, é pelo fato que eu sou um comunicador há 24 anos, então, tenho que me sobressair aqui, porque diariamente eu falo 3 horas no rádio. Então, tive o dom que Deus me deu de ser comunicador. Deputado eu sou passageiro, político eu estou político por um período. Então, quero aproveitar todas as oportunidades porque esta Casa tem algo que eu acho fantástico, Deputado Romanelli, que se chama Anais. Os Anais da Casa ficam para a história.

Estou estudando a biografia do meu Governador Requião e tenho me inspirado nele, sabe, eu tenho me inspirado no Requião Deputado. Tive o capricho de juntar todos os pronunciamentos do então Deputado Roberto Requião nesta Casa. Tenho lido, tenho feito uma análise técnica e política dos pronunciamentos do Deputado Roberto Requião e quero me espelhar nele. Não naquelas loucuras, Sr. Presidente, mas no lado bom do Requião, porque o Requião tem um lado bom, tem um lado que quando ele está bom, ele é bom, mas quando alguém vai lá e diz para ele alguma coisa, ele tem assim, eu costumo dizer, eu brinco, tem um anjinho de um lado e o diabinho do outro lado. O diabinho fica dizendo: "Pega, vai, briga com os Promotores, briga com fulano, briga com sicrano, briga com todo mundo hoje". Aí, o anjinho diz: "Não, Roberto, calma, Roberto, você é o Governador, não briga, governe o Paraná em paz, Luz Fraterna, Carta de Puebla - o anjinho fala para o Requião - mas às vezes o espírito do diabinho, atentado, o diabo acaba fazendo com que o anjinho não seja ouvido e aí o Requião vira o diabinho que deveria ser o anjinho.

Então, quero ser o Requião neste Parlamento de ontem, mas mais o anjinho que o diabinho, que aparece de vez em quando aqui e eu faço de conta que não vejo, deixo ele para lá e vamos para o anjinho.

Então, Sr. Presidente, aproveito todas as oportunidades de poder falar, porque esta Casa registra tudo e hoje estamos na era da internet, estamos na era, por exemplo, temos um trabalho, Sr. Presidente, no meu gabinete, que V. Exa. vai se orgulhar, que é feito pelos funcionários do nosso gabinete e que é orgulho desta Casa.

Temos um programa de computação hoje aqui na Assembléia, no nosso gabinete, que cada um dos senhores, Deputado Belinati, quando V. Exa. fala aparece os

numerosinhos lá e já vai o seu discurso para aquele lugarzinho. Meu computador tem isto, computador da Casa aqui, a nossa equipe fez isto. Qualquer Deputado que se pronunciar aqui, tem um detalhezinho que fica marcado o dia, tudo que se fizer. E com a era da modernidade, hoje posso receber, lá em cima no meu gabinete, o pronunciamento do Deputado Romanelli da semana passada, editado. É a era da tecnologia, dos internautas. E eu não queria entrar nessa, primeiro porque não tenho muito estudo, meu estudo é reduzido, fiz apenas a 5ª série e encontro algumas dificuldades, às vezes. Não aconselho a jovem nenhum a fazer a loucura que eu fiz: não estudei, fugi da escola, fugi porque era apaixonado pelo rádio e só queria trabalhar no rádio e não queria nem estudar. Graças a Deus que eu tive essa universidade da vida, que foi o rádio, que me deu esse dom de poder falar as coisas e às vezes algumas pessoas se surpreendem pelo fato de eu falar do jeito que falo, mas isso é a experiência do dia-a-dia no rádio.

Tenho algumas dificuldades, alguns limites com esse negócio de internet, mas incentivado pelas minhas filhas que já são da era moderna, do computador, resolvi começar a evoluir. No rádio, todo dia estou evoluindo, todo dia quero um rádio mais moderno, tenho o capricho de todo dia estar no rádio às 6h00 da manhã. Quero evoluir no rádio e também quero evoluir nesta questão de internet.

Vi aqui vários Deputados trazendo computadores e comecei a me apaixonar por este negócio de computador e está chegando a mim cada coisa importante! Já estou entrando no orkut para conversar, já fiz MSN, no qual converso com as pessoas paralelamente, e a partir de hoje estou lançando o blog do Joce, vou fazer um diário, uma prestação de contas do que faço, a hora que levanto, o que faço, quem eu atendo. Colocar ali o diário do que eu fiz para as pessoas verem que tem pessoas que trabalham. Não se pode generalizar que todos não trabalham.

A partir de hoje, a minha assessoria da Assembleia, competente, fez um blog, o blog do Joce. Os senhores podem entrar lá no blog e falar comigo, é o [www.jocelitocanto.zip.net](http://www.jocelitocanto.zip.net). Vou falar com o povo também no blog. Vamos receber reclamação, alguém vai xingar, mas é bom aprender. Isso é bom para o Parlamento.

Estou louco para entrar na página do Governo para ver aquelas prestações de contas, ainda não cheguei lá, mas vou chegar, porque temos que ser estudiosos em qualquer assunto. O Parlamento não é só vir aqui fazer discursos. Respeito a opinião de cada Deputado, cada um age como acha que deve. Uns não falam e conseguem muitas coisas, outros falam, outros não falam. Temos que respeitar todos. O Parlamento é composto de várias condutas de Deputados. Quero continuar fazendo o meu trabalho nesta Casa e quero evoluir, acompanhar a evolução para que possamos acompanhar as coisas que estão acontecendo neste momento no nosso país.

Concedo aparte ao Sr. Deputado Malucelli e depois vou entrar no tema Ministério Público. Sei que o

Ministério Público ontem esteve aqui. Ontem teve cheiro de cachimbo aqui na Assembleia, parece que o Ministério Público esteve aqui. Ontem estava lá no meu gabinete e senti e queria saber daonde era o cheiro. Estava sentindo um cheiro esquisito, vinha aquela fumaça, uma fumaça especial. E depois li o jornal hoje: “Fumou-se o cachimbo da paz.”

#### **O Sr. Luiz Malucelli (PSDB)**

Queria cumprimentar essa brilhante figura que é o Deputado Jocelito Canto. Estou aqui há poucos dias, tenho observado a sua firme conduta de ocupar a tribuna quase todos os dias, trazendo sempre os problemas da sua região, região dos campos gerais, uma região tão necessitada. Queria cumprimentá-lo agora por esse avanço, o senhor agora entra na informática, que o seu blog seja de sucesso. Eu estou aqui há pouco tempo. Imagine esta Casa sem a sua presença. O senhor levanta temas polêmicos, o senhor debate, defende, ataca.

Parabéns pela forma como o senhor vem atuando, entrando na era da informática. Além de ser seu ouvinte, agora vamos nos corresponder e ver como anda o seu blog. Boa sorte com o blog do Joce.

#### **O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Aconteceu um caso curioso. Deputado Edgar Bueno, entendido da internet - estamos conversando aqui dentro, aquilo que aconteceu no STF está acontecendo aqui - Edgar Bueno daqui e eu de lá, trocando idéias, é um negócio fantástico. Queria sugerir aos companheiros que sigam o exemplo, estou aprendendo. Queria pedir, Sr. Presidente, que tem alguns pedidos de informação meus que não vieram ainda.

Estou tão curioso para ver as contas do Jaime Lerner durante os 8 anos do Governo, Deputado Marcelo Rangel. V. Exa. reclamou aqui e lhe mandaram quanto o Jaime Lerner gastou em publicidade durante 8 anos. Não vejo a mesma presteza do Tribunal de Contas de me mandar do Governo Jaime Lerner, discriminado, como mandou a V. Exa. Queria pedir a V. Exa. que determinasse, já pediu e não adiantou, porque as contas do Requião vieram até a mais do que tinham que vir e discriminadas o quanto foi gasto. Tenho curiosidade de saber o quanto o Jaime Lerner gastou discriminadamente, sei que foi tanto, mas queria saber como veio para o Deputado Marcelo Rangel item por item. Será que não vem de lá porque o Lechinski está lá? Ele que era o ordenador de despesas, é um dos que está lá hoje. Queria receber para analisar. Tenho 3 cópias de cheques que estão na minha mão, que classifico como a maior bondade. O que o Requião fez é fichinha. Se o Requião errou é fichinha perto do que o Lerner fez.

V. Exa. é radialista em Ponta Grossa e lá em Ponta Grossa uma emissora de rádio foi comprada com dinheiro público. Lá no Palácio tem a cópia do cheque, lá na Secretaria da Comunicação. A rádio recebeu mais que a rádio de Curitiba. Uma rádio foi comprada em Ponta

Grossa com dinheiro público, eu tenho cópias dos cheques. Cem mil reais. Sabe o que é R\$ 100 mil?

Deputado Belinati, não sou dono de rádio, sou um comprador de espaço de rádio, terceirizo, V. Exa. deve ser assim aqui. Deputado Marcelo Rangel, a família tem uma rádio. Mas sou comprador de espaço de rádio e depois vendo o horário, ganho um dinheirinho em cima para pagar as despesas que tem. Agora, já pensou que espetáculo você ganhar uma rádio do Governo? Por isso que estou bravo com o Requião, ele podia dar uma para mim também, também quero ganhar uma rádio. Sou radialista há 24 anos, nunca consegui comprar uma rádio, eu queria ganhar uma rádio, também, de presente, ou será que só os outros podem receber? Por que eu não posso ganhar uma rádio? O Requião fez de sacanagem dar um ônibus de plástico, ainda! Ah! eu queria uma rádio!

O Requião é ruim conosco, não é? Nós trabalhamos para ele, fazemos tudo, damos tudo para ele, trabalhamos. Ele nos xinga, me chamou de diabo. como já chamou. Eu levantei sua bandeira e aí ele dá de presente para nós um ônibus de plástico! Agora, bom era o Lerner. O Lerner deu uma rádio. O “Jeime”, como o Requião o chama. Deu uma rádio. Sabe quanto custa esta rádio, hoje? Aquelas contas que o Requião faz, sabe quanto custa uma rádio? O Deputado Marcelo Rangel comprou mais uma rádio, em Ponta Grossa. Tem duas, agora, a família. A família comprou a segunda rádio. E sabe quanto custa a segunda rádio? Setecentos mil reais! A Rádio Central agora foi comprada por R\$ 700 mil, num leilão, na Justiça. Parceladinho, 3 mil por mês, na sociedade com o Dr. Roberto. Cada um paga 3 por mês. Um espetáculo!

Quanto vale a Rádio CBN, de Ponta Grossa, hoje? No mínimo 1 milhão! E vamos falar de CPI. Acho que teria que abrir essa CPI para trás, também, para ver isso aí. E esta conta não é errada, não. Uma rádio que valia 300 mil, hoje vale 1 milhão! Esta rádio está à venda. Quem quer comprar? Um milhão. Daonde vem o dinheiro? Aqui, do lado.

Por isso é que o nosso Governador é tão injusto conosco. Dar um ônibus de plástico e ainda vira piada. Agora, o “Jeime” Lechinski, que está lá no Tribunal de Contas julgando nossas contas, deu uma rádio! Uma rádio! Ôh beleza! Este é o Paraná dos meus sonhos! Eu queria ter uma rádio destas para mim, para eu poder falar, para eu poder mandar. Tem horas que não pode falar. Mas, eu queria ter uma rádio, meu sonho é ter uma rádio. Mas, estou no Governo Requião, não é? Se eu pedir, ele vai me “pregar a mão no ouvido”. Eu vou brigar com ele. Imagine só: Requião, vem cá, vamos fazer um acertinho, aí, compre uma radinho para mim em Ponta Grossa. Ah, o Lerner fez também! Compre uma radinho pra nós falarmos, fala junto também”.

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS) (Aparte)**

Para colaborar com seu discurso, Deputado. Estou gostando muito de ouvi-lo e até iria fazer a pergunta:

queria saber qual era a rádio comprada na época do Jaime Lerner?

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**  
A Pitangui.

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Pitangui. Importante deixar registrado. Rádio Pitangui, hoje CBN. Também queria deixar registrado, gosto muito de falar, assim, do passado da nossa família, porque também começamos sem nada, sem nenhuma estação. O Sr. Nilson de Oliveira começou trabalhando como locutor de rádio. Uma família extremamente humilde.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**  
Vendia batatas na feira.

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Exatamente. Feirante. Passamos dificuldades e graças a Deus, hoje, devido ao trabalho, e tenho certeza que o senhor também, com seu trabalho, o senhor vai conquistar sua estação de rádio tão sonhada. Tenho certeza absoluta, porque o senhor também realiza um belíssimo trabalho como radialista. Agora, é importante deixar registrado.

Também concordo com o senhor: o Tribunal de Contas precisaria entregar, realmente, todos os detalhes, os dados sobre quanto foi gasto e aonde foi aplicado, na época do Jaime Lerner. O senhor falou que estes gastos em publicidade no Governo Requião, tudo isto é fichinha perto do que foi gasto. Pode ter sido, realmente.

O que acontece é que, na verdade, existe uma farra desenfreada muito grande nessa Secretaria da Comunicação. A verdade tem que ser dita: eles fazem campanha com esse dinheiro. Fazem campanha, e não tem nenhum tipo de critério. Na época do Jaime Lerner acontecia a mesma coisa, a mesma farra, mas, podemos coibir isto com projetos. Precisamos fazer um anteprojeto, aqui, para acabar com isso.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**  
Já tem um projeto, inclusive.

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Sr. Presidente, ainda tem tempo para o Deputado?

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**  
Deu 20 minutos, tem mais 10.

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Então, acho que estamos no caminho certo.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Já tem um projeto aprovado por esta Casa. E até a título de ajuda, pedir para o pessoal do Governo não fazer vinculação de publicidade sem colocar o custo. Tem uma

lei aprovada nesta Casa. É o único estado do Brasil a fazer isso, a ter uma lei que determina que toda publicidade tem que ter a informação de quanto custa para colocar no jornal, na rádio. Esta lei está em vigor. Estou vendo ações do Governo sem o custo no cantinho. Esta página custou R\$ 10, este anúncio custou tanto. É lei. Vou deixar registrado, aqui. Essa lei, se não cumprida, pode trazer problemas, depois, para o ordenador de despesas.

Deputado Rangel, agradeço seu aparte, quero entrar em outro tema.

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

O senhor fique à vontade. Mas, eu gostaria que o senhor também participasse do meu pronunciamento, que vou fazer dentro de alguns instantes. Seria bom, também, ouvir sua opinião.

#### **O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Sr. Presidente, sobre as rádios, é isto. Espero que o Tribunal de Contas me mande os documentos, estou aguardando.

Vou entrar num outro tema, o segundo, Gazeta do Povo de hoje: “Parlamentares deixam de registrar queixa formal contra Promotores; Deputados reclamam, mas não denunciam abusos”. Segundo o Dr. Mauro Rocha, que é o Corregedor, 107 queixas foram feitas e nenhuma era de Deputado. Aliás, já vou pedir à minha assessoria que providencie um requerimento ao Ministério Público pedindo cópia de todos esses pedidos. Quero saber o que deu isso, contra os Promotores. Solicito à minha assessoria, que está me ouvindo no gabinete, que providencie, para pedirmos uma cópia de tudo isso, para vermos o que é isso, de verdade.

Mas, aqui aparece o Ministério Público e o Corregedor, que está nos jornais, hoje, é o Dr. Mauro Rocha. A Gazeta do Povo me entrevistou, ontem, e eu disse o seguinte:

**(Lê):**

“Parlamentares preferem ir à Justiça

Deputados Estaduais que consideram haver abusos de Promotores dizem que preferem entrar com reclamações diretamente na Justiça, porque a Corregedoria do MP não resolveria nada.

O Deputado Estadual Jocelito Canto (PTB) se diz o Parlamentar mais perseguido do Paraná pelo Ministério Público Estadual (MP). Porém, ele jamais entrou com uma reclamação contra Promotores de Justiça na Corregedoria do MP.

Não resolve nada. Mas, depois, vou entrar com uma ação na Justiça pedindo o ressarcimento. E vou entrar contra o estado. Vou pedir danos morais, políticos, psicológicos e financeiros, disse Jocelito. O Deputado diz que está aguardando a Justiça se pronunciar sobre ações que o MP move contra ele. Há ações absurdas contra mim. Mas vou lutar na Justiça.”

Estou certo. Não adianta ir à Corregedoria reclamar, porque o Dr. Mauro Rocha, que é o Corregedor,

hoje, é autor da ação contra mim, da Santa Casa, do caso Tadeu, é ele! Ele estava em Ponta Grossa. Que é que adianta eu ir lá e dizer que eu quero entrar com ação contra você? O autor da ação do caso Tadeu, do policial, é exatamente o Corregedor! Então, eu vou lá: Oi, Dr. Mauro, tudo bem? Como é que vai o senhor? Eu vim aqui fazer uma denúncia contra o senhor, eu quero “ferrar” o senhor. Ele é o autor da ação contra mim. E tem outras contra mim, feitas por ele também, sem fundamento! Como é que eu vou lá, Presidente? Fazer uma ação contra o próprio Corregedor!

Então, o que estou esperando é terminar as ações. Estou aqui com um resumo das ações, que minha assessoria fez e que a maioria, sem fundamento, os Juízes nem estão recebendo! Mas, sabe por quê eles faziam ação? Porque no período da eleição, para me tirar da Prefeitura, o que inventaram em Ponta Grossa? Que tinha que fazer ação no Ministério Público! Aí se juntou o Bispo, a elite e todo mundo e fizeram um tal de Ética e Cidadania, que nunca mais existiu. E aí esse grupo fazia as confusões e no Ministério Público havia os Promotores que se sujeitavam a fazer ações sem fundamentos, e vou dar um exemplo para os senhores aqui das ações que estou respondendo, só para vocês terem uma idéia.

Mas antes, concedo um aparte ao Deputado Romanelli.

#### **O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Lembrava aqui agora, porque ontem, tarde da noite, ouvi a notícia e como a imprensa normalmente divulga sempre que os Parlamentares querem privilégios e o Deputado Tadeu Veneri tem sido inclusive um porta-voz desse segmento que tenta questionar muitas das questões que envolvem os Parlamentares, mas eu gostaria de ouvir dessa mesma imprensa um grande questionamento em relação à decisão tomada pelo Ministério Público de São Paulo, que resolveu conceder àquele Promotor que matou, de forma fútil, um jovem em uma fila de uma boate há alguns anos, o manteve, inclusive, no cargo de Promotor da esfera criminal, o manteve em atividade e mais, ele não será julgado como um cidadão comum pelo Tribunal do Júri, mas será julgado por um colegiado especial, ou seja, não é um cidadão comum nem no crime!

Então, de fato fico me perguntando, às vezes temos aqui nesta Casa mesmo alguns falsos moralistas. Ontem o Governador me enviou alguns documentos muito interessantes sobre um tema que ele levantou na “escolinha” nesta semana e na semana que vem vamos começar a tratar desses temas, porque acho que são muito importantes, porque os falsos moralistas têm que se explicar perante a opinião pública.

#### **O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Obrigado, Deputado! esse caso vi na televisão nesta madrugada também.

Mas, Sr. Presidente, as ações propostas inclusive pelo Corregedor contra mim são as seguintes: 16 ações cíveis públicas e 4 penais. E como estão essas ações?

Sete ações já foram julgadas em 1ª instância, sendo que 6 delas foram julgadas como improcedentes em 1ª instância. O caso da Santa Casa está no STJ e as outras 10 ações estão em andamento. Das 4 ações penais, duas foram julgadas improcedentes e uma está aguardando julgamento, que é o caso do policial Tadeu, que é do Corregedor.

Quero ler aqui para os Srs. Deputados o que cada ação diz. A primeira ação se refere à contratação de pessoal por 90 dias, a título emergencial, o que qualquer Prefeito faz, e não foi dinheiro para o meu bolso.

A segunda se refere à aquisição de lote onde se encontra a sede regional do INSS - a Prefeitura comprou um terreno e eles disseram que era superfaturado, mas ganhei a ação em 1ª instância, ganhei em 2ª e está em Brasília.

A terceira ação se refere à aquisição de terreno para ampliar o distrito industrial, Deputado Nelson Justus, o terreno que levamos à Masisa, o terreno que compramos para colocar as fábricas, que foi o preço mais barato da história de Ponta Grossa, está aqui e tem uma ação, que já ganhei em 1ª instância e já ganhei em 2ª instância.

A quarta ação se refere à denúncia de descumprimento de ordem judicial em ação de mandado de segurança - a ação foi julgada improcedente.

A quinta ação se refere à alegação do uso de doação de valores para a Santa Casa, que todo mundo já conhece e não precisa falar.

A sexta ação se refere a pagamento de serviços de terraplanagem, Deputado Nelson Justus, V. Exa. levou a Tetra Pak para Ponta Grossa e sabe por quê fizeram uma ação? Porque pagamos tudo direitinho e só faltou o empenho prévio da nota. Um documentinho! Só o empenho prévio da nota. É uma ação, mas que também foi improcedente já.

## ***Passa a usar o horário da Liderança do PTB***

A sétima ação é de rir. Deputado Romanelli, presta atenção nesta. Esta aqui é de rir, Deputado Pugliesi, a sétima ação refere-se a sanção de um projeto de lei de autoria da Câmara Municipal que concedeu o título de utilidade pública a uma entidade recém-criada e que pretendia realizar no município ações preventivas na área de saúde. Uma entidade que ia ser constituída para cuidar da saúde, e que eu não mandei dinheiro nenhum, ela estava sendo constituída e eles fizeram a ação.

Mas tem uma pior ainda, essa aqui Sr. Presidente, essa aqui o senhor vai rir, essa aqui é piada, a oitava ação é muito importante: “O Prefeito Jocelito sancionou uma lei vinda da Câmara Municipal de Ponta Grossa, que concedia o título de utilidade pública a uma instituição”. Eu

estou respondendo uma ação porque eu sancionei a lei. A Câmara mandou. Eu fiz a sanção, como o Governador faz sanções em todas as leis. Aqui está, está correndo ação, pagando advogado por isso, porque eu sancionei, Deputado Waldyr Pugliesi, a lei, eu sancionei a lei. É porque a instituição, diz o Ministério Público que não tinha um ano, e a lei da Câmara determina que tinha que ter um ano. Mas o Ministério Público não se ateve ao cuidado de ver que no dia da Sessão a Câmara aprovou em Plenário que para aquela instituição não teria valor, colocou isso no dia. Só faltou ver isso. Ação no Jocelito!

Você imagina, Deputado Artagão, V. Exa. que, quem sabe um dia, vai ser Prefeito de Guarapuava, sancionar uma lei e receber uma ação. É piada isso aqui.

Enfim, aqui tem ação, é tanta fuleiragem que eu até vou parar. Mande dinheiro para o Operário, Mercadomóveis que nós demos título, Deputado Marcelo Rangel, esta Casa acaba de considerar o Sr. Geroslau Pauliki Cidadão Benemérito do Paraná, por quê? Porque gera empregos! E tem duas ações minhas contra o Pauliki lá, sabe por quê? Porque eu concedi a ele, dentro do direito, a industrialização, de ele fazer o depósito do mercado, a Prefeitura emprestou as máquinas, fez o acesso da loja. Para quê eu fiz isso? Para gerar emprego, só para isso, de acordo com a lei! Duas ações, Sr. Presidente, duas ações, inclusive uma do Mauro Rocha também, o Cidadão Benemérito do Paraná que aprovamos aqui esta semana, que eu quando Prefeito ajudei-o a fazer aquele grande investimento. Agora responde a duas ações comigo, solidário comigo. E se você for ver a ação, acho que é R\$ 500, uma máquina, a Prefeitura um dia emprestou uma máquina para ele, ele estava construindo um prédio, gerando emprego, e a Prefeitura sempre emprestou equipamento para quem estivesse construindo, porque construir gera emprego, V. Exa. sempre defendeu isso. Aí uma ação porque a máquina foi lá arrumar para construir o prédio, por causa de R\$ 500, é mais uma das minhas ações. Aí aqueles idiotas dessa ONG, transparência porcaria nenhuma, para não dizer um palavrão aqui - volto ao linguajar vulgar que eu também sei fazer - essa ONG que não serve para nada, o cara tem 30 processos, mas não diz o que são os processos, não lêem isso aqui, vão lá na Justiça ver as ações, aí o cara tem 30 processos. Vão lá ver as ações primeiro para ver o que é. E assim cabe, Sr. Presidente.

Então, o Ministério Público é isso. Fico feliz que estiveram aqui ontem, o Dr. Milton Riquelme de Macedo, não tenho nada pessoal contra ele, não sou contra o Ministério Público não, acho que o Ministério Público é um Poder necessário a este país, mas para os ladrões, para quem rouba, para quem tira o dinheiro que deveria ser colocado a favor do povo, é para isso que serve o Ministério Público. Não sou contra o Ministério Público e não vou votar a favor de nenhum projeto contra o Ministério Público. Vou dar o maior exemplo de respeito. Não quero que acabe com o Ministério Público não, acho que não devemos, mas devemos coibir isso aqui que eu



acabei de falar, ingerências políticas do Ministério Público. E a prova está aí, Dr. Riquelme, nada pessoal contra a figura dele, não tenho nada contra ele, acho até um bom camarada, por que indicá-lo para Procurador-Geral, se quem ganhou foi o Sotto Maior? Isso está errado! Então, não precisa eleição! A lei está errada! Nada pessoal contra ele.

Vejo tudo isso e penso: como vou ao Corregedor reclamar? Porque o Corregedor é o que fez a ação do caso Tadeu.

Aí pergunto: quem paga as despesas? Quanto custa um advogado, Sr. Presidente? Estou sempre devendo. Tenho que pagar isso aqui, porque advogado não trabalha de graça. Isso é só questão financeira. Quem paga a questão moral, pessoal? Minha filha falava que no colégio, na época que eu era Prefeito, diziam que eu tinha roubado. Minha filha, muitas vezes, chegava chorando em casa. Isso não pode acontecer! Isso ninguém paga!

Aguardo terminar tudo isso. Quando terminar os recursos, vou usar o direito que me cabe. Vou à Justiça cobrar do estado do Paraná. O estado vai pagar essas indenizações. Os Promotores não podem pagar, o estado pode.

Com tudo isso, Sr. Presidente, o cachimbo da paz é bom! Mas é preciso que não haja ingerência política no Ministério Público. Que ele seja o verdadeiro Ministério Público. Que tenha coragem, porque está tendo aquele Procurador de Brasília que teve coragem de denunciar os 40. Esse, temos que aplaudir. Mas os daqui, não quero generalizar, porque conheço excelentes promotores.

Sr. Presidente, V. Exa. irá se assustar nos próximos dias com o pronunciamento que farei sobre um Promotor. Vai cair a máscara de muita gente. Vou fazer um pronunciamento sobre o Ministério Público que vai desmoralizar muita gente. Anotem aí.

Vou fazer aqui um elogio a um membro do Ministério Público que V. Exa. vai aplaudir. Vocês vão levar um susto quando eu for elogiar a figura de um grande homem do Ministério Público deste país, que teve decência, soube interpretar a lei, não pela questão política.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, o Deputado Tadeu Veneri.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Pela Ordem)

Gostaria de registrar a presença do Vereador de Barbosa Ferraz, o Sr. Edmilson Milhos.

Muito obrigado!

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Seja bem-vindo! Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

## ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tenho visto com uma certa preocupação, Sr. Presidente, não porque eu tenha procuração ou tenha sido defensor do Ministério Público. Acho até que isso foi uma brincadeira. Entendo como uma brincadeira do Deputado Romanelli e aceito, tranqüilamente, mas tenho visto, Deputado Romanelli, com uma certa preocupação um debate que está sendo feito, nos últimos 15 dias, e que me parece não deveria estar sendo feito da forma açodada como vem sendo feito.

Acho que todos nós, no devido tempo, devemos fazer - e é correto que o façamos - críticas a todos os Poderes. A Assembléia Legislativa, como Poder Legislativo, sofre críticas e é correto, é necessário que as críticas sejam feitas, assim como também sofre o Poder Executivo, o Poder Judiciário, como também sofrem não Poderes, mas entidades que têm peso na nossa sociedade, como têm o Ministério Público, o Tribunal de Contas. Acho que a imprensa, muitas vezes, é criticada. Esse é o processo legítimo da democracia. No entanto, Sr. Presidente, me preocupa que nós tenhamos, em 15 dias, um único tema a ser debatido, aqui, ou um dos poucos temas, que é com relação às ações ou críticas às ações que o Ministério Público esteja desenvolvendo.

Falo muito tranqüilo, porque conheço pouquíssimas pessoas do Ministério Público, mas tenho uma preocupação que diz respeito à relação entre os Poderes. Não podemos, em nenhum momento, passarmos a ser caixa de ressonância de uma disputa que porventura exista ou de uma discussão que, porventura, exista entre o Executivo e o Ministério Público. O Governador deve ter suas razões. Diz o Deputado Romanelli, que o Governador trará fatos extremamente graves com relação ao Ministério Público. Acho correto que o faça, legítimo. Estou solidário ao Governador Requião porque acho que, neste momento, tem todo direito de fazer as críticas que achar necessário. Assim como o Ministério Público tem todo direito, toda legitimidade e toda obrigação de fazer ações como, por exemplo, contra o nepotismo, porque faz parte do entendimento independente do Ministério Público, das ações das quais ele participa.

Não podemos, sob qualquer justificativa, passarmos a fazer, de alguma forma, com que a Assembléia Legislativa seja um espaço de cerceamento ou pelo menos de intimidação ao Ministério Público. O Ministério Público de São Paulo cometeu erros e deve ser criticado. Acho uma postura horrorosa você criar privilégios em determinados espaços, muito mais no espaço que tem por obrigação prestar solidariedade à população e fazer com que seus exemplos sejam seguidos pela população. Agora, não podemos, eu entendo que esta Casa tenha essa compreensão, e acho muito correto quando vem o Deputado Jocelito Canto e fala que, com todas as suas

críticas, não fará nenhum tipo de ação que constranja o Ministério Público.

Não podemos, sob nenhum pretexto, criar um falso debate que tire o foco de questões maiores que temos, como por exemplo, a luta que os professores das universidades estaduais estão fazendo que, sem dúvida nenhuma, em um determinado momento, vai chegar nesta Casa; as questões vinculadas à saúde do estado do Paraná que, em algum momento, vão chegar nesta Casa, aliás, já chegaram e que esta Casa tem dado resposta; outros debates que estão sendo feitos na sociedade e que esta Casa tem repercutido. No entanto, nos últimos dias, me parece, tem tentado fazer um debate como se só houvesse o Ministério Público, a Assembléia Legislativa e os problemas do mundo estivessem concentrados nesses dois espaços.

É claro que aí, Srs. Deputados, com toda legitimidade que cada um dos senhores, cada uma das senhoras têm, todo direito que têm de fazer as críticas, só quero levantar essa preocupação, Deputado Pugliesi, porque sei que o Ministério Público foi uma conquista da sociedade brasileira e da sociedade paranaense, foi uma conquista duramente feita, e feita, muitas vezes, contrariando não só os setores, que é muito comum usarmos aqui os setores, que em um determinado período muito triste da nossa história, se beneficiaram do golpe militar, não só esses setores que se beneficiaram e que, aliás, continuam se beneficiando hoje, mas outros setores que não apenas aqueles beneficiados, também têm muitas vezes os seus interesses contrariados pelo Ministério Público.

É bom lembrar que o Ministério Público não é apenas aquele que estamos vendo, hoje, no debate sobre o nepotismo, ou como Deputados, ou como Prefeitos, ou como Vereadores. Não. O Ministério Público tem uma abrangência muitíssimo maior, no estado do Paraná. Quero insistir que não estou aqui para fazer a defesa de Promotor ou de Procurador do Ministério Público, ao contrário, quero fazer a defesa da instituição Ministério Público.

Justamente por isso, Sr. Presidente, parece-me que devemos ter uma certa cautela com aquilo que fazemos aqui, porque vi há alguns dias atrás, há semanas, ou meses, algumas críticas à imprensa: a imprensa extrapola e exagera; o Ministério Público extrapola e exagera; o movimento sindical extrapola e exagera. Todos aqueles que contrariam determinados segmentos, parece que extrapolam e exageram, quando deveríamos ter uma convivência harmônica, entendendo que isso é natural e normal e para isso existe o contraditório.

Quero encerrar, aqui, Sr. Presidente, lembrando muito rápido o que antes da II Guerra Mundial, Bertold Brecht escreveu. É uma quadrinha conhecida de todos aqueles que militaram na Esquerda, no mundo todo provavelmente. Aliás, dizem que nem foi o Bertold Brecht, mas ele acabou levando a fama de ser o autor de uma quadrinha, que falava sobre os nazistas: “Primeiro, vieram, levaram os judeus e os comunistas. Eu não disse nada, porque afinal não sou judeu e não sou comunista.

Depois, entraram no nosso jardim, pisaram nas nossas flores e mataram o nosso cão. Eu não disse nada. Depois, o menorzinho, o mais fraquinho de todos eles, entrou na nossa casa, cortou a nossa garganta e não dissemos nada, porque não havia nada a dizer.”

Então, são essas as preocupações, lembrando o Bertold Brecht, que quero deixar aqui. Nós, em determinados momentos, talvez levados até por outras razões e tirar o foco de outros temas, nos envolvemos em um debate, que é importante e necessário, mas que não pode ser passional.

Vou, sim, assim como a defesa que fazemos, todos os Deputados fazemos as liberdades democráticas, fazer todas as críticas, quando entender pertinente ao Ministério Público, à Assembléia Legislativa, ao Poder Judiciário, ao Tribunal de Contas, porque é esse o nosso papel, Deputado Pugliesi, o senhor que tem feito, aqui, pronunciamentos que são referência para nós. Vou, sim, também dizer, que sem essas entidades, sem a imprensa livre, sem as condições de funcionamento plenas, não teríamos a democracia e, talvez, de uma forma muito triste, não estaríamos, aqui, inclusive, fazendo as críticas que temos o direito de fazer, por ter sido uma conquista da sociedade paranaense e brasileira.

Sr. Presidente, agradeço pelo tempo da Liderança do PT. Quero mais uma vez me posicionar favorável a todos aqueles que trazem as críticas fundamentadas. Não a crítica pela crítica, não a crítica porque fui, de alguma forma, contrariado, mas a crítica fundamentada. Se há excessos, vamos coibir os excessos. Se há exageros, vamos coibir os exageros. Se há falta de empenho, vamos fazer com que haja empenho. Esse é o papel da Assembléia Legislativa. Não vamos procurar transformar uma entidade, que é fundamental e um dos pilares da nossa democracia no Brasil, não só aqui, mas no mundo todo, o Ministério Público tem um papel determinante. Não vamos tentar fazer com que esse debate seja um debate de constrangimento.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PT***

Sr. Presidente, uso o horário da Liderança do PT. Acho muito ruim que sinalizemos que o orçamento do Ministério Público, naquela palavrinha que diz, aliás, não é uma palavra, não é uma palavra, é uma interjeição, até possa ser, não estou dizendo que é, mas possa vir a ser uma ameaça quando o Ministério Público tem um orçamento que vai até 3.8, que pode ser 1, pode ser 2 pode ser 3.8.

Acho importante que discutamos se há pessoas que recebem acima do teto, mas acho que este tem que ser um debate aberto a todos os Poderes, a todos os Poderes. Acho importante também, Deputado Marcelo Rangel, que o Governador Roberto Requião faça o que fez na semana passada, publique os nomes que achar necessário. Acho que é um avanço. O Governador Roberto

Requião tem feito, muitas vezes, sinalizações neste sentido. Mas não podemos transformar um avanço num processo de revanche. Não é porque eu faço que eu tenho que obrigar ou exigir que o outro faça. Os Poderes são independentes, e por serem independentes funcionam dentro da democracia. Caso contrário, não teríamos o regime que temos e acho que todos lutamos para que ele exista.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Marcelo Rangel.

### ***Deputado Marcelo Rangel (PPS)***

O SR. MARCELO RANGEL

Bom-dia, Sr. Presidente, bom-dia, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores da imprensa.

Hoje venho à tribuna para fazer um pronunciamento diferente, porque hoje, Sr. Presidente, acordei às 5h30 da manhã, recebendo os jornais na minha casa lá em Ponta Grossa e eu me diverti demais com as manchetes dos jornais, me diverti muito, olha, impressionante, em todos os jornais. Trouxe apenas um jornal aqui para a tribuna, mas em todos os jornais as mesmas notícias e hoje os jornais estão premiados.

“No Paraná, ricos gastam 8,3 vezes mais que os pobres” - uma boa manchete - tem uma vaquinha aqui também na primeira página, bacana, na Gazeta do Povo - “Deputado criticam MP, mas evitam ir a Corregedoria”, daí vi a foto do Deputado Jocelito, coitado do Deputado Jocelito, que é tão injustiçado pelo Ministério Público, tem vários processos, está com um rostinho assim de preocupação, Deputado Jocelito...

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Cuidado para não chegar lá também. Eles, quando querem, pegam, heim! Cuidado!

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Não, não. O Deputado Zucchinho, aliás, antes de falar do Deputado Zucchinho, o Deputado Jocelito subiu na tribuna hoje e falou assim: “Não, porque na época do Jaime Lerner saiu uma estação de rádio” - eu só vi o Romanelli: “Oh, pegamos o piação, pegamos o garoto”. Será que tem a ver com a... Não, não tem nada a ver com as emissoras de Ponta Grossa que nós trabalhamos, mas eu notei assim que teve um ar de euforia.

Bom, mas é importante investigar esse caso. O Augustinho Zucchi apareceu também hoje no jornal, um pouco mais gordinho, hoje está mais magrinho, mas uma matéria sensacional, Deputado, parabéns, bom trabalho, aprovado incentivo fiscal ao sudoeste, e aqui fala no final que existem Deputados que querem instituir legislação

semelhante para Ponta Grossa. Boas idéias têm que ser copiadas mesmo, são boas.

“Protesto deixa 1 milhão e meio sem aula hoje”. Isto me faz lembrar que na próxima semana eu vou trazer os alunos do Colégio Instituto de Educação aqui na Assembléia Legislativa para fazer uma reivindicação diretamente ao Governador do Estado do Paraná e aos nobres Deputados que a situação lá do Instituto - que é um dos maiores colégios de Ponta Grossa - é terrível, pode acontecer uma tragédia a qualquer momento, vai cair aquilo lá, precisamos de obras emergenciais imediatas.

Enfim, tem uma outra matéria que achei interessante: “Ignora os netos e deixa 12 milhões para o cachorro.”

E aqui dentro, nas notas políticas, olha que interessante, vejam só, notas políticas - ainda não é hora, mas em breve eu vou contar tudo, vou contar o motivo - quem falou foi o Formighieri, Deputado Belinati, Deputado Douglas Fabrício, foi o Formighieri que falou. O jornal está falando o seguinte - para quem não lembra, o Formighieri tem problemas no passado com aquele caso do Rasera e tal, mas será que não foi justamente pelo fato de citarmos o Formighieri na segunda-feira na Comissão Especial de Investigação de Publicidade? Nós falamos do Formighieri e inclusive falamos o seguinte: seria interessante ouvir o Formighieri aqui na Assembléia Legislativa, ele tem muito a dizer sobre publicidade, ele é Diretor, ex-Diretor da Imprensa Oficial do Paraná - aí ele pediu demissão - não mas não é por causa de publicidade, não tem nada a ver, é por causa do Rasera, vamos investigar o Rasera, não vamos levar para Comissão de Investigação lá de publicidade, é melhor ficar por aqui, vamos trazê-lo aqui que é melhor.

Mas o meu discurso, hoje, é por outro motivo, Deputada Rosane - vejam só que hilário - no semestre passado, a Liderança do Governo aqui pediu apoio dos Deputados para que fôssemos a Brasília para defender uma emenda, aquela questão de multa indevida que o Paraná deve à união.

Pois bem, Deputado Douglas Fabrício, veja só que interessante, vejam só aonde vou chegar. Reuniram os líderes dos partidos, olha, é o seguinte, todos nós vamos a Brasília, vamos nos reunir lá com o Governador, com os Senadores e vamos defender o estado do Paraná, é importante nós cancelarmos esta multa imoral. Ok, vamos? Então está bom. Pela Liderança do PPS eu vou junto com os nobres Parlamentares. Não sei se o senhor se lembra, Deputado Fabrício, mas daí não quiseram que o PPS fosse, não tinha passagem de avião e não tinha hotel para o representante do PPS. Eu não tinha avião, não tinha hotel, estava tudo lotado em Brasília.

Pois bem, eu paguei com o meu dinheiro, o mesmo avião, ficamos num outro hotel. Depois o Deputado, 1º Secretário aqui o Alexandre Curi, que é muito gente boa, falou: “Não, Marcelo, você foi lá, você trabalhou pelo estado do Paraná. Não, você apresente as notas, você vai

ser restituído pela passagem de avião”. Tudo bem, mas chegamos lá em Brasília, Deputado Douglas Fabrício, fizemos a reunião, eu vou explicar para o senhor, Deputado Waldyr Pugliesi, que é importante, eu gostaria muito que o senhor estivesse aqui, porque envolve o PMDB e envolve o PT também o assunto que eu vou falar, envolve o PT, envolve o PMDB, enfim, o PTB também porque é importante, Deputado Jocelito, porque envolve o PTB, e eu gosto de fazer o meu pronunciamento nas quinta-feiras, porque é bem mais tranqüilo, poucos Deputados, mas todos prestando atenção, a imprensa também, pouca imprensa, não tem câmera de televisão e tal, ficamos mais à vontade.

Pois bem, depois da reunião ficou acordado entre todos os Deputados que iríamos brigar, íamos apoiar uma emenda, enfim, terminou a reunião, eu fui para o Congresso, Deputado Belinati, eu não conhecia Brasília, primeira vez, fui para o Congresso e fui visitar Deputado por Deputado do PPS, falei com o nosso Líder Nacional, o Coruja, falei: Deputado Coruja, vou pedir a sua ajuda, preciso que o PPS nos ajude a cancelar a tal da multa, a famigerada multa da união. Ele falou: “Não, não se preocupe, eu vou conversar com cada Deputado”. Conversamos com cada Deputado, cheguei no Deputado Moreira Marques, Deputado de Rondônia, cada Deputado do PPS, não são muitos, não, falei: o senhor me ajuda, ajuda o estado do Paraná? Ele falou: “Não, fechou. A Bancada do PPS fechou a questão para apoiar o Governo do Estado do Paraná”. Olha só, porque somos da Oposição, aliás, não é só Oposição, não, o meu nome está na boca do sapo num gabinete ali do Palácio. A coisa não é assim, vocês não imaginam o que tem lá no Palácio, lá tem cartaz com o meu nome - Marcelo Rangel - daí tem NA, não sei o que quiser NA, enfim, tem fotos e dados.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PPS/PMN***

Nós somos da Oposição, mas essa multa é indevida mesmo, temos que lutar. Ontem teve a votação.

O tal do “cãozinho dos teclados”, que é o nome artístico, do PTB, do Deputado Federal Franck Aguiar. Aliás podíamos fazer um boicote, porque lá no nordeste, quando um político faz alguma coisa contra uma região ou algum estado, as emissoras de rádio param de tocar música, fazem um boicote. Acho que no Paraná também tinha que fazer um boicote contra esse “cãozinho dos teclados”.

O “cãozinho dos teclados” votou contra a medida provisória. O que o PPS fez? O PPS, meu partido, Oposição do Governador, pedimos para votar em separado a medida provisória. O Deputado Cezar Silvestri pediu para votar em separado. Para chegar na votação os Deputados começam a encaminhar. Sabem quem defendeu o estado do Paraná? O Moreira Marques. Sabe daonde ele é Deputado? De Rondônia, PPS, Moreira Marques, ele

subiu na tribuna e falou: “Não, essa multa é indevida. Onde já se viu? Vamos defender o estado do Paraná.”

O Deputado Federal de Rondônia defendendo. Pois bem, perdemos. O PPS inteiro votou a favor para votar em separado, para cancelar a tal multa.

O Osmar Serraglio, que é uma pessoa muito séria, o conheço, que era o Relator da emenda, não estava do PMDB. O PMDB votou contra. O PT votou contra.

Eu não consigo entender. Faz 7 meses que estou aqui, eu não entendo nada de política. Sabe aquele ditado: “Cada dia um flash”. O PMDB votou contra, o PT votou contra e o PPS. Ora, dizem que somos radicais de Oposição. Nós votamos a favor, e o Deputado Federal de Rondônia, que hoje vai ganhar moção de aplausos.

Estava conversando com o Deputado ao telefone, e ele falou assim: “Marcelo, eu defendi lá porque você me pediu, o Cezar me pediu também. Quando eu desci da tribuna o meu telefone não parava de tocar. Eu sou do Paraná! Eu sou do Paraná! Olha, eu estava assistindo na TV Câmara, parabéns você lutou por nós”.

Veja só, dá para entender essas coisas? Eu não consigo. Daí fiquei sabendo que eles fizeram um acordo para que a votação fosse para o Senado. Então não precisava reunir Deputados, lá em Brasília, porque o Paraná pagou a minha passagem, o povo do Paraná que pagou a minha passagem, eu tinha que fazer o meu trabalho.

Lá em Brasília, além de ir ao Congresso e ao Senado pedir o apoio dos Deputados Federais e Senadores do PPS, fui conversar com o Senador Osmar Dias para pedir a construção do aeroporto dos campos gerais, que fique perto de Curitiba, o aeroporto de cargas. Nós estamos mobilizando.

Mais interessante também, já vou deixar registrado, estive cumprimentando o Presidente Lula - o Deputado Romanelli também acenando - eu queria saber a posição do PMDB. Fui lá cumprimentar o Presidente Lula e saiu na imprensa, em 1 ou 2 jornais, que o PPS tinha que me expulsar porque eu fui cumprimentar o Presidente Lula, porque o PPS é da Oposição. Mas, o Prefeito de Piraquara é do PPS. Quer dizer, o Governador prestigia o Prefeito do PPS e não prestigia o Governador do PMDB.

Eu não entendo de política, vou largar mão.  
Deputado Jocelito Canto com o aparte.

### **O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Questão de justiça aqui, o aeroporto de cargas de Ponta Grossa foi exatamente no meu Governo que foi feito o projeto, e mais uma vez aqui está a figura desse eminente Presidente Nelson Justus, que era o Secretário que nos ajudou a fazer o projeto do aeroporto de Ponta Grossa. O projeto está na Prefeitura de Ponta Grossa, pronto para fazer o aeroporto de cargas de Ponta Grossa, que é o sonho de muitos anos.

A questão de Parlamento, Deputado Marcelo Rangel, eu não gosto de entrar na seara de Deputado Federal

e Deputado Estadual. Ontem, aqui, eu fiz um pronunciamento sobre Santa Helena e os Deputados Elio Rusch e o Dobrandino, com muita educação, me deram um puxãozinho de orelha, dizendo que eu não tenho que ir lá na região deles, incomodar. Concordo plenamente. Apenas fiz porque me mandaram um requerimento. Fiz educadamente, porque já passei lá como radialista e o senhor cuida da nossa região de Ponta Grossa, que é o nosso reduto.

Essa questão de Brasília, ela é importante, a soma-tória das pessoas irem a Brasília. Mas, Deputado Marcelo Rangel, o tempo vai lhe dar o que o senhor está pedindo nesse momento, experiência política. Sabe por quê? Porque no Parlamento muitos acordos são construídos. Acordos como V. Exa. acaba de falar. Se houve um acordo, tem um outro acordo andando no Senado. Esse acordo foi feito entre os Parlamentares a nível federal, o que não permite a nós, nós não temos como chegar em Brasília e fazer leis. Nós somos Deputados do estado. Eu me nego ir muitas vezes a Brasília quando tem alguma coisa, porque não tem nada a ver. Lá nós temos os nossos representantes federais. Por isso que nós somos estaduais. Então se constituiu algum acordo lá, algum acordo interessante exatamente pelo Parlamento.

Por isso, quero dizer a V. Exa. que foi muito bom V. Exa. ter ido, é importante fazer pressão. V. Exa. trabalhou com a sua bancada. Mas, os acordos construídos, se aqui já tem acordos, isso é normal, o Parlamento nos ensina isso, não se assuste com isso. Um dia você ganha, um dia o Romanelli tenta me ajudar, outro dia ele pede para eu não fazer. Um dia o Valdir pede, outro dia o Elio pede, um dia o Rossoni. São os acordos do Parlamento que não é imoral. O próprio proceder do Legislativo permite fazer esses acordos. São acordos do Legislativo. Em Brasília é maior ainda. Lá para aprovar alguma coisa, tem acordo de bancada, porque senão não anda os processos. O cara que quer colocar um projeto lá não consegue, porque tem que ter acordo de bancada. Por isso que os líderes são importantes lá em Brasília.

V. Exa. tem toda a razão, foi a Brasília, fez o que pode, parabéns pela sua luta, mas esse negócio de acordo é o que funciona em Brasília.

Eu acho, como dizia aqui o eminente Deputado Valdyr Pugliesi, que deve ter um acordo para que, na sequência, ser bom para o estado do Paraná. Eu torço por isso.

Baseado no que V. Exa. disse aqui, eu vou hoje como membro de PTB, vou conversar com o Deputado Federal Frank Aguiar para saber quais foram os motivos. Vou ouvir o lado dele que eu não ouvi. Vou conversar com o Frank Aguiar que é do meu partido, que eu conheço só artisticamente, vou perguntar a ele qual é o motivo que o fez levar, mas vou trazer a versão dele depois aqui, até para não ficar pensando que o PTB fez algo de sacanagem com alguém.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Deputado Douglas Fabrício com o aparte.

**O Sr. Douglas Fabrício (PPS) (Aparte)**

Parabéns pela sua importante explanação, para quem está começando agora, é o meu caso também, a gente vai aprendendo. Só quero lembrar ao Deputado Jocelito, que ele fala em acordo, acordo, que o principal do acordo tem que ser em benefício da população. Pelo que estou vendo, os políticos estão fazendo acordos pensando neles e não na população. A essência do político deve ser pensar na população.

Por isso, sou aqui nesta Casa, Oposição. Faço Oposição ao Governo Requião, cobro aquilo que ele prometeu em campanha. Mas, quando vem um projeto do Governador que é para beneficiar a população, aliás, são poucos os projetos que vêm assim, eu voto a favor. Além de votar a favor, o mais importante é estar presente, aqui, no dia das votações. E há Deputados que não fazem isso. Então, esta é uma situação para quem está começando na política e espero que o povo comece a enxergar assim. Estes acordos devem ser feitos em benefício da população. E precisa avisar a todos os partidos qual é o acordo, porque combinam uma coisa no início e depois, lá na frente, muda a idéia e às vezes os partidos que estão engajados no processo são os que acabam sendo prejudicados. Porém, mantém a ética, a transparência e principalmente, o compromisso com a população.

Parabéns pelo pronunciamento e obrigado ao Deputado Nelson Justus pelo espaço. Muito obrigado!

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Para terminar, a última frase: o Sr. Formighieri precisa ser ouvido aqui pela Assembléia Legislativa, caso Rasera. Nada a ver com a Imprensa Oficial do Paraná. Vamos falar sobre o caso Rasera, com o Sr. Formighieri.

Era isso o que eu tinha a falar, Sr. Presidente. Muito obrigado e bom dia!

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

### ***Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; eu ouvi da tribuna, hoje, diversos pronunciamentos. Metade do nosso tempo, claro, sempre ocupado pela gloriosa bancada do município de Ponta Grossa. Mas, vejo que de fato Ponta Grossa tem o privilégio de ter quatro Deputados que são todos muito aguerridos e acho que o processo democrático é isto mesmo. Mas, ouvia diversos pronunciamentos. Por último o do Deputado Marcelo Rangel.

Não acompanhei o processo de negociação, último na Câmara dos Deputados, e penso que certamente nós todos, paranaenses, gostaríamos de ter visto a solução deste tema, que de fato é um problema para a sociedade paranaense. Não é para o Governo Requião. É um problema que na verdade transcende, porque nós paranaenses, já pagamos. O Banco do Estado do Paraná comprou os títulos e pagou estes títulos. Quem é o controlador? O paranaense.

Nós fizemos financiamento para podermos resolver, para privatizar o banco. O estado do Paraná ficou com a dívida. Pagamos todo mês R\$55 milhões por mês pela dívida de 30 anos. E diga-se de passagem, eu votei contra a dívida, o endividamento, e contra a privatização do banco. Uma solução muito melhor seria a de federalizar o Banco do Estado do Paraná. Mas, o Governo anterior resolveu pegar o “esqueleto” do BANESTADO e triturar ele. Na verdade, não se queria, de fato, preservar o banco. Mas, isto é um assunto para um outro discurso, num outro momento.

Eu queria dizer que, certamente, todos nós queremos soluções e espero que os Deputados da Bancada do Paraná, em Brasília, possam atuar na Câmara dos Deputados quanto no Senado e encontrar uma solução para este problema. Eu fiquei feliz em ver a Bancada do PPS votar a favor do Paraná. É muito bom isso. Se Deputados do PMDB que atenderem a Liderança do Governo na Câmara dos Deputados votaram contra, devem ter lá suas razões. Não sei quais são elas. De qualquer forma, eu também gostaria de ver o tema ser resolvido.

Agora, há que se reconhecer que este Banco Itaú tem muitos amigos, é um banco muito poderoso. Tenho visto isto no Senado. O que tem de Senador “amarelado”? É nomeado relator e “amarela”, na hora de relatar aquilo que beneficia o Paraná e prejudica o Itaú. O Banco Itaú que vá cobrar de quem emitiu os títulos, quem de fato é o dono do título! Não. Ele quer cobrar do que também é proprietário do título, é uma coisa surrealista. Só no Brasil que provavelmente acontece este tipo de coisa, por conta do nosso ordenamento jurídico.

Mas, eu queria, para não deixar passar em branco, dizer o seguinte: eu ouvi o pronunciamento do Deputado Tadeu Veneri. Ele é um Parlamentar do bem. Pessoa que quer o bem das pessoas, que quer uma sociedade mais moderna, mas que às vezes, quero reconhecer, V. Exa. tem um discurso que é muito próximo daquela linha divisora que separa aquele modelo de sociedade pequeno burguesa. Desculpe falar desta forma. Porque veja bem: a quem serve o Ministério Público? Que tipo de sociedade é esta que queremos construir?

O Deputado Waldyr Pugliesi foi constituinte, quando nós brasileiros, lutamos por uma constituinte, eu participei dos movimentos, ainda na década de 70, grande timoneiro da democracia brasileira, o Ulysses Guimarães lançou, na verdade, as bases de se convocar uma constituinte no Brasil e aqui está o texto constitu-

cional de 88, claro que com mais de 60 emendas que temos, que foram votadas, mas todos nós votamos e num determinado momento, o Deputado Pugliesi e os outros constituintes decidiram por dar prerrogativas melhores do que tinham, já, um dos órgãos que compõem o Poder Executivo da nossa República, que é o Ministério Público.

No Brasil, nós não temos 4 Poderes. Ou seja, no Brasil nós temos 3 Poderes, que são independentes e harmônicos entre si. Diz lá, no artigo 2º da nossa Constituição Federal que são Poderes da União o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Por isso, quero dizer o seguinte: primeiro, o Ministério Público é um órgão essencial ao funcionamento da Justiça. Não é ele, com o maior respeito que tenho às pessoas, o guardião da democracia. O guardião da democracia é o Parlamento, é o Legislativo. É o Executivo que cumpre as leis que são legitimamente emanadas do processo legislativo. E também é o Judiciário, que em última análise, decide as questões no nosso país.

Por isso, quero dizer que acredito na democracia, no debate, no diálogo, na transparência, na discussão franca. Por isso, quando a Assembleia Legislativa deve, na minha avaliação, discutir os temas que são pertinentes à sociedade paranaense, pode e deve discutir a questão do comportamento do Ministério Público. Eu não vou falar publicamente sobre um tema, mas gostaria que em determinado momento pudéssemos abordar. Mas, olha, se fôssemos investigar o que a PIC, o que aconteceu nela nos últimos dez anos, é muito grave. É muito grave.

Quando nós vamos verificando as questões e os Deputados de maneira geral, as pessoas - eu diria - muitas vezes se intimidam e não têm coragem de falar em determinados temas, sinceramente, é porque muitas vezes se sentem ameaçados por uma coisa ou outra, até pelos exageros que podem ser cometidos, por conta das prerrogativas que o próprio Parlamento votou, em relação ao Ministério Público. Ou seja, quando estabeleceu as prerrogativas na Constituição Federal ou quando esta Casa votou, em 99, a Lei Orgânica do Ministério Público. Eu, inclusive, fui hoje pedir rapidamente para minha assessoria, embora nosso computador, que é o Severo - foi dito no jornal outro dia, que nossa Casa ainda não está informatizada - mas eu busquei um pronunciamento meu do dia 11 de janeiro de 1999, quando eu era Relator da Lei Orgânica do Ministério Público, que nós, por conta dos exageros que havia, não queríamos votar naquele final de período extraordinário e na verdade recebemos aqui as maiores ameaças, eu recebi e vim a esta tribuna e fiz um pronunciamento por conta disso.

Não vou aqui ler o meu pronunciamento, mas justamente dizia da questão da importância do Ministério Público como instituição livre, soberana e com autonomia, mas que tem que ter no estado democrático de direito prerrogativas, e que também tem o dever de obser-

var as leis e a harmonia entre os Poderes. Por isso penso que os temas devem ser enfrentados e debatidos nesta Casa, e recentemente nos articulamos todos para aumentar os percentuais do Poder Judiciário, e conseguimos aumentar o percentual do Poder Judiciário. Lutamos para aumentar o percentual do Ministério Público e conseguimos aumentar o percentual do Ministério Público. Foi uma luta muito grande e foi um debate muito grande, porque quando você aumenta o orçamento de outro Poder, você retira da execução das políticas públicas, retira da saúde, retira da educação, retira de setores essenciais do nosso estado. O estado do Paraná tem um orçamento transparente e basta ver. Quem conhece a gestão pública sabe, porque os discursos nós podemos fazer todos, mas sabemos que há o cumprimento da Lei Orçamentária.

Agora, quero dizer que nenhum tema pode deixar de ser enfrentado por esta Casa. Hoje cedo ouvia em uma rádio, que a Associação do Ministério Público vai fazer uma campanha contra o foro privilegiado, contra a independência ou coisa que o valha. Na verdade, penso que o debate tem que ser travado, tem que ser discutido, tem que ser aprofundado e, Sr. Presidente, com o maior respeito, que não venham campanhas contra esta Casa de Leis por querer discutir temas que são pertinentes à sociedade paranaense. Penso que esta Casa não pode aceitar ser ameaçada, ser constrangida, como V. Exas. todos foram quando a Promotora do Patrimônio Público enviou um ofício aos seus gabinetes, requerendo que informassem quais eram os seus parentes que prestavam serviços eventualmente nos seus gabinetes, constrangendo-os, mesmo para quem não tinha parente. Por quê?

Porque não há lei no Brasil que obrigue a não contratação de parentes. Não há lei. Fizeram com base em dois princípios: da impessoalidade e da moralidade. Ora, se tem uma coisa mais pessoal do que se nomear uma pessoa em cargo de confiança eu gostaria de saber, porque é próprio da natureza do cargo a ser ocupado, é a fidúcia, a confiança, porque o cargo tem que ser pessoal. E da moralidade, reconheçamos, há uma subjetividade enorme, e por exemplo, parece-me que somar todo o tempo de estágio e de registro na Ordem dos Advogados para somar tempo de aposentadoria sem pagar contribuição, não me parece moral isso. Não é moral isso! Moral não é e esse tema tem que ser discutido, tem que ser debatido e a Casa vai ter que debater sobre esse tema. Agora, essas questões na verdade me parece que se forem levadas na esfera do maniqueísmo: olha, sou a favor ou sou contra. Então, não é assim. Nós temos que ter, é claro, muita seriedade, muita responsabilidade, garantir as conquistas que temos em relação à possibilidade de fazer funcionar bem as instituições e principalmente reconhecer que as Comarcas estão absolutamente entupidas de processos. Tem oitenta mil processos em uma só das Varas da Fazenda Pública aqui em Curitiba. Nas Varas do Interior das Comarcas pequenas ou médias você

tem cinco, dez mil processos que demandam muito trabalho.

Então, no Ministério Público tendo muito amigos, como Promotores de Justiça, Procuradores, pessoas que admiro muito, professores e pessoas extremamente qualificadas, mas que tem gente boa e tem ruim, como aqui na Assembléia e como em qualquer outra instituição. Agora, não podemos aqui nunca nos sentirmos ameaçados e acovardados a enfrentar os temas que devem ser enfrentados. Muita responsabilidade é verdade, respeitando as instituições, respeitando as pessoas, mas os temas precisam e necessitam ser enfrentados. Então, eu vi que V. Exa., Sr. Presidente, outro dia manifestou um posicionamento em relação a esse tema, que o tema tem que ser discutido. Eu quero dizer a V. Exa. que V. Exa. conta com o meu integral apoio, o meu compromisso de estarmos juntos fundamentalmente, fazendo com que essa Casa possa discutir qualquer tema e não ser intimidada em relação a isso, e ao mesmo tempo, claro, respeitando cada um dos Poderes desse estado, e respeitando esse órgão do Poder Executivo que é a natureza do Ministério Público, fazendo com que de fato os temas sejam todos eles debatidos e que eventuais condutas que não se coadunam com a natureza da atividade que seja desenvolvida e ela possa de fato ser modificada. Mas, é a nossa Constituição que todos nós juramos respeitar é que deve prevalecer no estado democrático de direito.

Era isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra Deputado Augustinho Zucchi.

### ***Liderança do PDT: Deputado Augustinho Zucchi***

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Um minuto apenas, Sr. Presidente no horário da Oposição que seja. Recebo uma correspondência do eminente Chefe da Casa Civil, Dr. Rafael Iatauro. Me diz ele na correspondência que sente uma certa indignação por aquilo que aconteceu aqui. Eu, por dever de justiça, quero dizer que ele tem razão, ele afinal de contas encaminhou a informação para esta Casa, ou melhor, para a Liderança do Governo. E a Liderança do Governo, não sei para quem que encaminhou, me desculpe o Deputado Romaneli. Aliás, eu vou dar uma sugestão, quando encaminhar alguma coisa pegue a assinatura do encaminhado no gabinete, em qualquer lugar, que daí não tem problema. Então, quero fazer esse registro dizendo o seguinte: o Dr. Rafael Iatauro tem razão porque ele havia encaminhado. Mas eu não recebi, eu recebi da imprensa ali atrás, aliás, até agora não recebi, a não ser dele. Dele, recebi ontem no gabinete.

Eu acho que ele tem razão porque ele havia encaminhado, e infelizmente um tema que foi até à Justiça.

Aliás, vou dizer uma coisa, é a primeira vez na minha vida que eu subscrevi alguma coisa para ir para a Justiça. Aliás, vou dizer uma coisa, é a primeira vez na minha vida que eu subscrevi alguma coisa para ir para a Justiça, eu não lido com essas coisas. mas como há uma determinação na Liderança do Governo, de todos os pedidos que não forem enviadas as informações, se solicitar. Aliás, a Secretaria de Saúde poderia ter corrigido isso, quando a Liderança do Governo colocou um requerimento lá direto, poderia ter dito: “Já foi respondido de tal forma”. Inclusive na Liderança do Governo o senhor dá uma olhada, não tem como a gente acompanhar aquilo que acontece na Sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Artagão Júnior.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Desculpe Deputado, enquanto V. Exa. vai à tribuna, respondendo ao Deputado Zucchi que foi encaminhado ao Deputado Ney Leprevost. Essa discussão já foi travada, eu não vou ficar discutindo de novo esse tema, já foi discutido. Todo mundo nega porque, reconheçamos o seguinte, entrar na justiça para requerer alguma coisa que já havia sido entregue é muito ruim. Eu lamento só o comportamento.

Agora, que de fato é o seguinte, eu parei de fazer acordo de Liderança aqui, e agora estou fazendo o seguinte, aprova ou reprova o requerimento. De qualquer forma, para colocar um ponto final nesse tema aqui, eu entreguei vários outros pedidos, entreguei pessoalmente aos autores, eu parto da boa fé, aqui, a pessoa recebe e dá por recebido. Agora, eu estou dizendo que parte da boa fé, desculpe, mas eu entreguei várias coisas assim a alguns Parlamentares e nenhum problema eu tive.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Não pode ser ponto final, tem que ser ponto e vírgula porque para mim a Secretaria de Saúde não entregou os documentos. Os requerimentos que eu fiz os pedidos, aqui no Plenário, que foram aprovados. Na verdade, a justiça acabou se antecipando, porque nós apresentamos dois processos na justiça e, com essa decisão de Desembargador vai beneficiar, não só o Deputado Augustinho Zucchi, mas todos os Parlamentares desta Casa.

Agora sim, podemos dar um ponto final.

Muito obrigado!

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de pedir ajuda de V. Exa. pois já faz dois meses que protocolamos um requerimento. Não vem a resposta.

Não é uma falta de consideração com o Deputado Douglas Fabrício, porque ele é de Oposição, mas é com a Assembléia Legislativa.

Perante a opinião pública ficamos considerados uns “bananas”. Como é que faz? Precisamos muito da ajuda de V. Exa., pulso firme para moralizar a Assembléia Legislativa perante a opinião pública.

Muito obrigado!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (**Pela Ordem**)

Nesse ponto não quero deixar dúvida, eu nunca recebi essa documentação. Nunca usei de má fé para nada. Se tivesse recebido, jamais teria subscrito aquele pedido. Quem pediu a informação fui eu e não o Deputado Ney Leprevost.

Não estou culpando o Deputado Romanelli. Certamente, quando a Liderança do Governo entrega para um Parlamentar - e o Deputado Romanelli fez aqui várias vezes isso em público - fica como recebido. Ou então, entrega ao gabinete e pega um recebido de um assessor do Deputado. O que não foi o caso.

Quis me parecer na correspondência do Dr. Rafael Iatauro, que foi passado para ele, que tinha sido repassado para mim. Não foi repassado e não tinha nenhuma intenção de fazer isso. A Dra. Lilian é minha testemunha. Relutei em assinar isso, mas infelizmente, não tenho resposta e preservando os direitos da Casa, assinei.

Muito obrigado!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

No Direito Público quando o cidadão é intimado e não comparece na primeira, segunda, terceira vez, intima-se através de mandado de vara. Não dá para fazer uma intimação de mandado de vara para receber essas informações?

Muito obrigado!

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Pelo que entendemos, só se faz entendido e atendido o pedido de informações quando o autor recebe as informações solicitadas.

O Governo enviou as informações ao Presidente da Comissão de Saúde, mas a comissão não foi autora. Os autores são o Deputado Augustinho Zucchi e o Deputado Valdir Rossoni. A eles é que deveriam ser dirigidas as informações. Como os Deputados não se sentiram atendidos no seu pleito, coube o caminho da Justiça.

Sr. Presidente, já fiz essa solicitação há duas semanas. Apresentamos um pedido de informações, foi aprovada neste Plenário no mês de junho. Já estamos no final de agosto e ainda não recebemos as informações solicitadas, no que diz respeito aos precatórios alimentícios que foram usados para pagamento de impostos no Governo do Estado.

Isso é muito mais grave ainda. Se não recebermos as informações - não quero dar data - seremos obrigados



a entrar na Justiça, enquadrar o Governo no crime de responsabilidade. Está na Constituição. Está regulamentada pelo Decreto nº 201, que regulamenta e enquadra o Executivo no crime de responsabilidade, inclusive está claro até com perda de mandato.

Se recebermos as informações, vamos acionar a assessoria jurídica da Liderança da Oposição para que o Governo seja enquadrado no crime de responsabilidade.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Esta presidência responde à questão de ordem de V. Exas. e esclarece de vez este assunto.

Já temos em mãos um levantamento de todos os pedidos de informações atendidos e não atendidos. Encaminhamos ao gabinete de V. Exas. apenas para ratificar se foram ou não atendidos. É evidente que é uma questão constitucional. V. Exa. está coberto de razão e nós, em contato com a Casa Civil, estabelecemos aí um *modus operandi* para que todos os senhores recebam essas informações.

Realmente, é uma prerrogativa constitucional. O parecer exarado pelo Desembargador ao Deputado Augustinho Zucchi tem procedência sim, porque há a obrigatoriedade de se responder, mas temos que nos acautelar para evitar que existam equívocos de fulano receber, foi para um gabinete, para outro, o autor não recebeu. Então, para que se evite isso, que se normatize, na Sessão de ontem eu já estava com a relação de todos os pedidos que foram ou não atendidos, aqueles que foram aprovados nesta Plenária. Aí estamos enviando aos gabinetes dos autores para uma informação e com isso checamos com a Casa Civil.

Tenho impressão que com isso podemos nos harmonizar tanto com a Liderança do Governo, com Liderança da Oposição, para que tenhamos esse compromisso aqui.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Olha, quero dizer, em primeiro lugar, o seguinte: esse episódio, de fato, só solidificou aqui o que eu vinha pensando em relação aos acordos de lideranças que havíamos feito sobre requerimentos. Agora, também deixar claro que a liminar, o mandado de segurança que foi expedido pelo Desembargador Rosene Pereira não foi com base no requerimento que foi objeto do acordo da liderança. Esse requerimento foi protocolado diretamente junto à Secretaria de Estado da Saúde. Diga-se de passagem, muito interessante, até ontem a Secretaria de Estado da Saúde não havia conseguido localizar o requerimento protocolado lá. Até pediria à Liderança da Oposição que me passasse o número do protocolo, porque eles não haviam localizado o requerimento.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Faz tempo que eles estão perdidos lá!

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Veja a gravidade do fato! Estou dizendo isso porque, de fato, Sr. Presidente, seria muito ruim para este Parlamento se o mandato de segurança tivesse se dado com base no acordo de lideranças aqui dentro desta Casa, que não foi o caso.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Isso está bem claro.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Só para dizer isso, mas que de fato vou repetir, e aí concordo, tenho dito isso para a Oposição e tenho sempre falado isso desde o primeiro momento, desde que aprovado o pedido de informação nesta Casa, claro, ele cumpre aqui o regular período de transição para que ele possa ser protocolado, o ritual. Digo período de transição porque ele passa pela gaveta do nosso amigo Dudu, naturalmente, antes de seguir para o órgão destinatário. Desculpa a brincadeira com o Dudu, mas é o folclore desta Casa. Eu digo o seguinte: ele tem um rito a ser seguido e cumpridos os 30 dias tem que ser entregue.

É isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Gostaria de anunciar a presença dos Vereadores de Entre Rios: Airton Schneiders, Ênio Furiatti e Norberto Kroth. De Céu Azul: os Vereadores Neilor Soutier, Darcy Borchart e Irineu Rieger. Sejam bem-vindos a esta Casa. Sem dúvida estarão todos hoje, às 14h, na posse dos dirigentes da UVEPAR.

Com a palavra o Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão Júnior.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Artagão Júnior***

**O SR. ARTAGÃO JÚNIOR**

Sr. Presidente, como diria um político experiente, no início de um comício, depois de muito tempo de falatório, ele entrou e disse: “Venho de longe, mas não estou cansado.” Mas quase cansei na espera da minha palavra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos presentes. Venho aqui, hoje, em nome do povo do Paraná, da Assembléia Legislativa e do Governo do Estado fazer um encaminhamento. A Comissão de Fiscalização debaterá, nos próximos dias, um assunto que tenho certeza é de interesse de todos.

Tenho recebido na Comissão de Fiscalização algumas denúncias de obras mal feitas e mal executadas entregues e que em menos de seis meses já apresentam problemas. Esse não é um problema tão somente de

Governo, porque ele liberou o recurso, a obra foi executada, a fiscalização foi realizada durante esse período da execução da obra. No entanto, em pouco espaço de tempo, nessas obras têm sido constatadas a necessidade de reparos, reconstruções e serviços que não deveriam ocorrer.

Quero dizer, de forma muito rápida e objetiva, Sr. Presidente, que a Comissão de Fiscalização estará recebendo todas essas denúncias. Temos algumas denúncias de obras que foram entregues em janeiro e que hoje já apresentam problemas gravíssimos. Asfalto, por exemplo, um trecho de 13 quilômetros de asfalto que foi construído. Veja o investimento do Governo do Estado, importante e necessário, alto investimento a execução da obra realizada. Em menos de 6 meses, a obra já está comprometida, já existem panelas de 500 em 500 metros, ou às vezes até em um menor espaço.

Busquei neste caso do asfalto, a orientação do DER. O DER já está cobrando da empreiteira que realizou a obra, o reparo, mas o problema que reparamos aí não é o reparo em si, porque o reparo pode ser feito hoje e daqui a 6 meses, ele será necessário em outro ponto da estrada. O que detectamos é que hoje o estado, o DER, a Secretaria dos Transportes, assim como as Secretarias de Obras, da Saúde, a FUNDEPAR e a Secretaria da Educação, todas elas têm dificuldade na exclusão e na eliminação do cadastro do estado, dessas empreiteiras viciadas, irresponsáveis e picaretas.

Qual o encaminhamento que a Comissão de Fiscalização dará depois deste assunto ser discutido? Porque ainda não o foi, mas estará na pauta da próxima reunião. A Comissão de Fiscalização será um instrumento no auxílio do Governo do Estado, das Secretarias do Estado, para que possamos solucionar essa dificuldade para o estado, a fim de que as empreiteiras, sejam elas de qualquer natureza, não possam mais prestar serviço para o Governo do Estado do Paraná, se não o tiverem feito em momentos anteriores, da forma adequada.

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS) (Aparte)**

Permite-me um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Artagão Júnior, primeiro, falo em nome da Presidência da Comissão de Obras. Gostaria muito de trabalhar em conjunto com a Comissão de Fiscalização. Acho importante analisarmos caso a caso.

O senhor está fazendo um belíssimo pronunciamento e está de parabéns. Também concordo que essas empresas e empreiteiras, se não cumprirem os acordos licitatórios, devem sofrer pena, sim. De repente não trabalhar mais para o Governo, enfim. Neste mesmo sentido, encaminhamos um projeto muito interessante, porque existem outros problemas, Deputado Artagão, que precisam ser mencionados - quando agentes públicos, órgãos públicos, Governo do Estado, Prefeituras, acabam inaugurando obras, hospitais, rodovias, sem que

estas obras estejam preparadas para o pleno funcionamento imediato. Isto acontece muito, o senhor sabe que isto acontece. De repente um agente público corta a fita de inauguração, leva banda, solta foguetes, aparece no jornal, no rádio, na televisão, inaugurando certa obra, mas o povo, infelizmente, não tem a possibilidade de utilizar aquele bem público imediatamente.

Encaminhei um projeto proibindo que agentes públicos, que órgãos públicos façam inaugurações sem que a obra esteja preparada para o pleno funcionamento, imediato.

#### **O Sr. Luiz Malucelli (PSDB)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Artagão, parabéns pelo assunto que o senhor traz em pauta neste momento. Gostaria de externar a minha opinião: sou favorável a esta sua sugestão das empreiteiras irem para uma bola preta, quer dizer, para uma linha que elas não poderiam voltar a trabalhar no estado, mas aqui eu coloco também uma pergunta: e o fiscal? Onde está a figura do fiscal, que admite, libera que uma obra seja entregue à população? Esse fiscal deve ser engenheiro, formado, capaz. Aí existe, quem sabe, a convivência da empreiteira com o fiscal.

Não estou aqui acusando ninguém, mas gostaria que ficasse registrado e que a comissão tomasse este cuidado, porque se inauguram escolas, hospitais, estradas, é porque houve aí a falha do fiscal.

#### **O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)**

Sem dúvida alguma a sua observação, Deputado Malucelli, é correta. Não há obra mal executada, inaugurada, se não tiver a convivência da fiscalização. E neste caso ela pode ocorrer de duas formas: ou por incapacidade, atestando que uma obra está pronta sem poder perceber se de fato ela foi de forma adequada, ou a convivência da obra mal feita, mediante algum outro tipo de entendimento, seja ele qual for.

Então, certamente necessita também este fato ser observado por V. Exa., de uma investigação.

É óbvio, Deputado Malucelli, que a nossa limitação na Comissão de Fiscalização é grande, porque a nossa estrutura não é das maiores, a nossa capacidade de investigação não é das maiores, mas se pudermos também trabalhar nessa frente de investigação, paralelamente, concomitantemente, certamente o faremos, porque pode ocorrer sim, de fato, talvez até para que possamos chegar a obra mal feita tenhamos que, obrigatoriamente, passar por esta etapa que V. Exa. coloca, certamente teremos alguma coisa neste sentido e é, sim, responsabilidade da nossa comissão fazer esta investigação também, mas é mais fácil começamos pelas obras problemáticas para chegarmos nos eventuais problemas no aspecto de pessoal, mas entendo que nós chegaremos lá, certamente, no final deste processo investigatório.

**O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Só queria cumprimentar V. Exa. pelo seu pronunciamento e seguindo o pronunciamento do Deputado Malucelli, numa obra tem que ter o fiscal que atesta a obra e diz que ela está perfeita.

A mesma coisa, Deputado Artagão, somos nós neste Parlamento. Somos fiscais das contas do estado. Vem aí o parecer prévio das contas do Governo de 2006. Também temos que agir como fiscais responsáveis para que a obra, depois, não sejamos acusados de não termos agido corretamente, tecnicamente, na hora certa.

E quero dizer mais uma coisa a V. Exa.: essas empresas que V. Exa. se refere, que começaram as obras, não terminaram. Se não me falha a memória, vi S. Exa. o Governador Roberto Requião dizer na “escolinha” que iria dar oportunidade às pequenas empresas, para tirar os tubarões, os grandões. Queria dar oportunidade aos pequenos, os pequenos deveriam ganhar oportunidade, que ele abriu, diminuiu o preço para os pequenos entrarem. Não seria este um fator também que poderia levar a isto que estamos vendo? Fica para acompanhar o seu pronunciamento.

**O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)**

Deputado Jocelito, certamente a sua observação merece a nossa análise e certamente é procedente.

Quero dizer o seguinte, para concluir: que a Comissão de Fiscalização fará, sem dúvida alguma, um processo muito transparente e muito amplo de investigação neste sentido, porque vejam, em questão de minutos o assunto aqui colocado já gerou interesse de participação de meia dúzia de Deputados e certamente fará com que muitos outros, no momento oportuno, queiram se manifestar, não só na manifestação oral, como também gostaria de solicitar desde já, a colaboração de que mandassem à Comissão de Fiscalização apontamentos de obras que conhecem que tenham problemas como esses que temos recebidos, a fim de que a comissão possa desenvolver o seu trabalho.

A ajuda dos Parlamentares será de grande valia, porque sem dúvida alguma este é o interesse do estado do Paraná e a nossa comissão, nobre Deputado Presidente, tem sempre nos dado muita sustentação em tudo aquilo precisamos, só nos falta ainda aquela salinha que V. Exa. certamente conseguirá.

Temos esta missão constitucional, nossa missão de fiscalizar, nossa atribuição, e este trabalho que todos faremos em conjunto, através da Comissão de Fiscalização, ajudará o estado nesta missão e quem sabe até gerará um projeto de lei, Sr. Presidente, onde aquilo que ainda não está amparado legalmente para auxiliar o estado no sentido de limitar a participação de empreiteiras picaretas, de empreiteiras montadas de última hora, para participar de um certame licitatório, onde muitas vezes a grande, a boa, aqui não estamos

entrando na questão de ser pequena ou grande, mas aquela que trabalha com qualidade, com competência, cumprindo com as suas obrigações, muitas vezes não pode baixar o preço e perde para uma picareta que na frente vai querer um aditivo, que na frente vai diminuir o material, a qualidade, a quantidade, para poder fazer frente ao preço ofertado. Nem sempre só o preço gera a compra, a aquisição do melhor produto.

Portanto, tenho certeza que esta missão que a Comissão de Fiscalização enfrentará, em nome da Assembleia Legislativa, será uma missão importante para auxiliar o Governo do Estado do Paraná no seu futuro.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Finalizando os nossos oradores, pela Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

***Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (Democratas)*****O SR. ELIO RUSCH**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Rosane. Uso este espaço, Srs. Deputados, até de certa forma perplexo. Por quê? Na manhã de hoje fomos informados de uma denúncia séria e gravíssima e nós, Deputados, não podemos ficar calados diante desta denúncia que recebemos. Inclusive na tarde de hoje, Sr. Presidente, estaremos reunidos com a assessoria jurídica da Liderança da Oposição e com a nossa assessoria para confrontarmos documentos e tomarmos as medidas cabíveis.

A questão, Srs. Deputados, de 3 anos, o Governo do Estado do Paraná, em parceria com a Universidade Federal, abriram *campus*, ou mesmo a extensão de alguns cursos superiores e também de nível médio no litoral paranaense. E a denúncia que recebemos é que todos esses cursos estão irregulares. Não só os cursos superiores, mas também os cursos de ensino médio. É a informação que recebemos, espero que ela não seja verdadeira. O curso do ensino médio, parece que já houve a conclusão da primeira turma e não recebem os seus certificados. A mesma coisa estaria acontecendo agora com os cursos de nível superior. Este ano, segundo informações, se forma a primeira turma sem a legalidade desses cursos. E quem estaria envolvido nisso? É o próprio Governo do Estado? O Governo Federal através da Universidade Federal?

Acredito que não podemos deixar passar em branco. Na verdade, são 1.600 alunos. E se isso for confirmado, esses fatos devem ser apurados e os responsáveis devem ser punidos diante das suas atitudes e diante de suas ações.

**O Sr. Douglas Fabrício (PPS) (Aparte)**

Deputado Elio, esses cursos que o senhor está falando, teve um instituto envolvido por trás, que teve

autorização do Conselho Estadual de Educação para fazer? Tem uma outra informação que estou investigando de algumas denúncias que alguns alunos me apresentaram lá na minha região, mas que envolve muito mais que 1.600 alunos, envolve 80 mil alunos no Paraná. D

epois só para ver se é o mesmo assunto e se pudermos conversar, para que possamos esclarecer isso para todos os Deputados e para todo o povo paranaense.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

A informação que recebemos é referente ao campus, ou à extensão, como se interpreta-se ou como tenta-se legalizar esses cursos, é referente aos cursos existentes no litoral. Só do litoral do Paraná. É isso que vamos apurar e o que vamos verificar na tarde de hoje junto à nossa assessoria, para daí tomarmos as providências cabíveis a este caso. Não dá para brincar, e muito menos com a educação do nosso estado.

Seria isso, Sr. Presidente.

### **Ordem do Dia:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### **Leitura do Expediente**

Sobre a mesa, Indicação nº 269/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, doação de aparelho Arco Cirúrgico Cardiovascular Radius R9, com HRP200 à organização Frederico Guilherme Keche Virmond, Unidade Gestora Hospital Santa Tereza de Guarapuava/PR. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 270/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, a realização, em Campo Mourão, do Seminário de Gestão Hospitalar. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 271/07, de autoria dos Deputados Nelson Justus e Luiz Malucelli, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, a destinação de uma ambulância ao município de Santo Antônio da Plantina. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

### **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### **3ª Discussão**

#### **ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 353/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação Maringaense Amigos da Infância, com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2º DISCUSSÃO.

Emenda. **Aprovada.**

Projeto. **Aprovado.**

#### **ITEM 02**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 397/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que altera o *caput* do artigo 1º da Lei nº 14895, de 09 de novembro de 2005, que dispõe sobre Tratamento Tributário em relação ao ICMS aos estabelecimentos industriais de produtos eletroeletrônicos, de telecomunicações e de informática, em favor de empresas localizadas em Foz do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. PARECER CONTRÁRIO DA CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APROVADA EM 2º DISCUSSÃO. **Aprovado o substitutivo geral da CCJ.**

Projeto. **Aprovado.**

#### **ITEM 03**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 570/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que declara de Utilidade Pública a Associação Fórum das Entidades Filantrópicas de Londrina, com sede e foro na cidade de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2º DISCUSSÃO.

Emenda. **Aprovada.**

Projeto. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pela ordem, Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Quero registrar que hoje faz 19 anos que ocorreram incidentes graves no Centro Cívico, quando os professores reivindicavam melhores salários, faziam protesto democrático, ordeiro, pacífico e, de repente, houve aquela ocorrência tão chocante que entrou para os Anais da história, que foram os coices dos cavalos da Polícia Militar, em cima dos professores.

É bem verdade que temos que ressaltar. Eu não tenho nenhum nome de nenhum policial, mas o policial, evidentemente, estava cumprindo ordens superiores.

Nesta data, neste momento, os professores estão reunidos novamente no Centro Cívico, 19 anos depois, e o nosso desejo é que essa categoria profissional dos pro-

fessores, como também todos os demais trabalhadores, sejam respeitados em seus direitos de manifestação livre e democrática, que nunca mais ocorra incidente como aquele há 19 anos, aqui no Centro Cívico.

#### **O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)**

Vou me preparar nos próximos dias, Sr. Presidente, sobre esse tema que o Deputado acaba de citar aqui que o ser humano faz 100 coisas boas, uma coisa fica mal colocada e se usa isso o resto da vida.

Queria lembrar o seguinte: quem era o Secretário da Segurança na época em que jogaram os cavalos em cima dos professores? É Desembargador aqui no Tribunal de Justiça! Não é só o Álvaro Dias, não!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

### **2ª Discussão**

#### **ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 463/07, de autoria dos Deputados Nelson Justus e Rui Hara, que dispõe sobre a outorga de honraria a professores quando da aposentadoria e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 477/07, de autoria da Bancada do PT, que dispõe sobre os faxinais e o processo de reconhecimento dos faxinalenses no estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAICTM. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 571/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que declara de Utilidade Pública o Centro de Educação Infantil São José, com sede e foro na cidade de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 573/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores de Fluvíópolis, com sede e foro no município de São Mateus do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**Aprovada a emenda.**

### **1ª Discussão**

#### **ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 569/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que declara de utilidade pública estadual, a Associação Beneficente

Dikaion, com sede e foro na cidade de Piraquara. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 089/07, de 08/08/07, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 569/07

P A R E C E R :

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Professor Luizão, declara de utilidade pública estadual, a Associação Beneficente Dikaion, com sede e foro no município de Piraquara.

#### **Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, faz-se necessária a inclusão da sigla prevista no Estatuto da Associação que se pretende declarar de utilidade pública, bem como suprir parte do artigo 2º do presente projeto, devido a determinação de que ficam “revogadas as disposições em contrário”, pois fere a Lei Complementar nº 095/98 que dispõe sobre a técnica legislativa, que assim determina: *art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.* Desta forma, sugere-se a emenda substitutiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva.

Sala das Comissões, em 28.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 569/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda substitutiva, que passa a contar com a seguinte redação:

“Súmula: Declara como de utilidade pública estadual, a Associação Beneficente Dikaion - ADB, com sede e foro na cidade de Piraquara.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual, a Associação Beneficente Dikaion - ADB, com sede e foro em Piraquara, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na partir da data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 28.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

## ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 592/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública estadual a Associação Comunitária Vila Rural Flor do Campo, com sede e foro no município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 092/07, de 14/08/07, em Projetos de Lei).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 592/07

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Cleiton Kielse, declara de utilidade pública estadual a Associação Comunitária Vila Rural Flor do Campo, com sede e foro no município de Campo Mourão, Paraná.

##### Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

##### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

## ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 601/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública o Centro de Integração Digital - CID, com sede e foro nesta capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 093/07, de 15/08/07, em Projetos de Lei).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 601/07

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, declara de utilidade pública o Centro de Integração Digital - CID, com sede e foro nesta capital.

##### Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

##### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

## Requerimentos

### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2589, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2585, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente de Sessão anterior. Em discussão.

### O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANALLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, trata-se de uma matéria de cunho claramente difamatória, baseada inclusive numa sentença judicial, numa manifestação política. Por conta da nossa coerência, quero encaminhar contrário à inscrição nos Anais desta Casa, o artigo de autoria do jornalista Celso Nascimento.

Acho que o Celso Nascimento até produz coisas interessantes, mas aí ele fez um panfleto contrário ao Governo, baseado numa premissa falsa. O próprio Celso Nascimento deveria refletir sobre o que escreveu, porque na minha avaliação há um grande exagero na sentença prolatada pelo eminente Desembargador.

Por isso, encaminhamos pela rejeição da inscrição nos Anais desta Casa, do presente requerimento.

### O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, não vejo motivo para o Líder do Governo encaminhar contrário, porque entendemos que o ilustre jornalista Nascimento fez menção sobre uma decisão da Justiça. Acreditamos que nada mais justo, porque na verdade foi uma matéria relacionada à Assembléia Legislativa.

Então, nada mais justo e mais correto que seja inserida nos Anais desta Casa. Posso dizer ao ilustre Líder do Governo, caso não venha a ser aprovado este nosso requerimento, que vamos na segunda-feira, porque hoje se o Deputado Romanelli encaminhar contrário e nós solicitarmos verificação de quórum, automaticamente a Sessão vai cair e o requerimento voltará na pauta na segunda-feira, e já posso dizer ao Deputado Romanelli: caso o requerimento venha a ser rejeitado, vamos ler na íntegra a nota e automaticamente fará parte dos Anais da Assembléia Legislativa.

Então, para que não venhamos a ocupar vosso tempo na segunda ou na terça-feira, fazer toda a leitura da matéria e que ela seja transcrita, na íntegra, nos Anais da Assembléia. Por esta razão fizemos o requerimento, para poupar nosso tempo. Nada mais que isso, Deputado Romanelli.

Não vejo o porquê da não inscrição nos Anais da Assembléia Legislativa. A mesma coisa se faz quando V. Exa. ou qualquer outro Deputado faz um pronunciamento na Assembléia, lido, e quando não tem tempo, considera que o discurso, o pronuncia-

mento, seja dado lido e que faça parte nos Anais da Assembléia.

Por este motivo, Deputado, solicito a V. Exa, que possa reaver. Se o seu voto é contra, os demais vão votar favoráveis e vamos deixar considerado aprovado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai se proceder votação do requerimento do Deputado Elio Rusch, requerendo a inserção nos Anais da Casa.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão.  
**Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Requeiro verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Será feita a verificação de votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Requeiro chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito ao Sr. 1º Secretário que procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Tadeu Veneri**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, achei que tinha terminado a Sessão e já estávamos saindo.

Quero registrar a presença do Vereador Bonciano, Presidente das Associações dos Vereadores, que também se faz presente para a reunião da UVEPAR, que acontecerá na parte da tarde.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

E V. Exas. estão desde já convidados para esta cerimônia.

**Não há quórum para prosseguimento da Sessão.**

### ***Encerramento da Sessão:***

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 03 de setembro, à hora regimental com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL: dos Projetos de Lei nºs 377, 397, 465, 562 e 563/07.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos e Lei nºs 571 e 573/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 569, 592 e 601/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 103, 420, 511 e 588/07.

Levanta-se a Sessão.

